



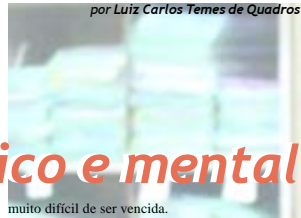
Servidores de Santa Cruz do Sul temem esgotamento físico e mental



Para os servidores lotados nas duas Varas do Trabalho em Santa Cruz do Sul, chegar ao local de trabalho é enfrentar um local sem aconchego algum e, ao ocupar seu assento, é saber que não verá seus colegas, pois todos estarão escondidos atrás de montanhas de processos que se avolumam por toda parte. As reclamações dos advogados e das partes se multiplicam, mas a demora no andamento dos feitos não tem como ser evitada devido ao número insuficiente de servidores em cada Vara para fazer frente ao grande volume de processos em andamento em cada uma delas. Com 12 servidores lotados em cada unidade, aí incluídos o diretor de secretaria, o seu assistente, o secretário de audiências e o secretário especializado do juiz, as varas de Santa Cruz do Sul precisam dar andamento a cerca de 9.222 (nove mil duzentos e vinte e dois) processos, aos quais serão somados os cerca de 1.750 (um mil setecentos e cinquenta) processos que estão em fase recursal no TRT e mais 250 (duzentos e cinquenta) novos que são ajuizados mensalmente.

Chama a atenção dos juízes que passam pela comarca o baixo número de conciliações ocorridas nas audiências, que fica abaixo de 20% (vinte por cento) dos processos ajuizados, fazendo com que o estoque de processos em andamento sofra um aumento significativo a cada ano que passa. E, falando em juízes, para fazer frente ao grande número de processos, a comarca conta com 5 (cinco), que se revezam em audiências e produção de sentenças, numa atividade constante, gerando cada vez mais andamentos processuais a serem processados pelos escassos servidores.

Para o atual volume de feitos tramitando nas varas, seriam necessários ao menos mais três servidores em cada uma delas, para evitar que os atuais venham a agravar suas situações de esgotamento físico devido à enorme pressão, que nem precisa ser exercida pelos advogados e pelas partes, pois, a cada chegada ao local de trabalho, a constatação das enormes pilhas de processos que não cabem mais nos armários e nos arquivos e que crescem cada vez mais, por si só exerce verdadeiro assédio moral, ocasionando desânimo e o esgotamento, pela certeza de que não adianta acelerar na execução das tarefas para aliviar a carga, pois a batalha, se não está perdida, está



por Luiz Carlos Temes de Quadros*

muito difícil de ser vencida.

Assim, premidos pelo acúmulo de serviços, pela retirada de direitos, pelos aumentos salariais ridículos de 1% (um por cento), seguem os servidores de Santa Cruz do Sul céleres rumo a doenças e esgotamentos do tempo mostrará. Triste, mas verdadeiro. E ainda somos chamados de marajás. Só quem conhece a tramitação processual pode perfeitamente avaliar o que representa cuidar de 9.000 (nove mil) processos em andamento, dos quais, 6.000 (seis mil na fase de execução e mais de 1.500 (um mil e quinhentos) em fase de liquidação, com todos os passos processuais pertinentes e ainda dar atendimento às partes e aos procuradores. Como no TRT todas as autoridades são sabedoras do sacrifício a que estão submetidos os servidores, fica o apelo para que sejam lotados mais três servidores em cada Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul, para poupar a saúde e evitar um colapso dos atuais servidores e melhorar a qualidade na prestação do serviço jurisdicional à comunidade da comarca que engloba 22 (vinte e dois) municípios.

* Servidor lotado na JT de Santa Cruz do Sul e diretor de base



Em Santa Cruz, são 22 servidores distribuídos em duas Varas Trabalhistas...



... para dar andamento aos mais de 9 mil processos envolvendo os 22 municípios da comarca



Setor de Taquigrafia: ajuda mútua e rodízio para minimizar problemas



Falta de ações preventivas levam muitos servidores, como Denise, a quadros graves de tendinite



Luciana trocou de função depois de diagnóstico de LER



Ginástica laboral x doenças ocupacionais

A ginástica laboral tem sido a grande auxiliar na prevenção às doenças chamadas de ocupacionais. Segundo a literatura que trata do assunto, bastam entre 5 e 15 minutos diários de exercícios de pouca exigência física, que podem ser realizados no próprio trabalho, para que as pessoas tenham uma melhor disposição e condição física, além da diminuição de patologias e casos de LER/Dort e redução nos níveis de estresse e tensão. Conforme Luciana Rubleski, diretora do núcleo de RH da 1ª Instância, todas as unidades de Porto Alegre contam com esse tipo de serviço, que terá seus resultados avaliados em 2004 e será vista a sua continuidade e extensão para o interior do estado. Projeto semelhante, mas ainda não posto em prática, encontra-se em avaliação junto à área administrativa do TRF.

vel, por outro lado existe a submissão dos servidores a todas essas questões. Quem lembra esse cenário é Luis Rafael Ribeiro, servidor da 9ª Vara e diretor do Sintrajufe. "Muitos colegas se submetem a esse tipo de tratamento, pois têm receio de ficar com a imagem de que só reclamam. Também há o fato da ascensão profissional. As pessoas temem que, a partir do momento em que se negarem a trabalhar dessa forma, isso se torne motivo para que não consigam uma futura promoção. Elas preferem sofrer, mas garantir uma função melhor mais adiante e não ficarem marcadas", explica. Outro ponto destacado por Rafael é o fato de que o serviço realizado por um servidor

precisa urgentemente de mais pessoal, mas também, além de se diversificar as tarefas, é preciso que todos se conscientizem de que reivindicar é um direito e reclamar é uma necessidade.

Busca de soluções

Diversificação no trabalho, rodízio e divisão igualitária das tarefas a serem realizadas foram as maneiras encontradas pelos colegas do Setor de Taquigrafia para minimizar os problemas decorrentes da própria função e da falta de pessoal. Luciana Saraiva, atual diretora da área, explica que, a partir de 2001, momento em que o grupo se organizou internamente e todos passaram a agir como um coletivo e se ajudar mutuamente, a rotina do setor passou a ser menos onerosa. "Como nós temos falta de servidores que atuem na revisão das transcrições, todos fazem de tudo e há rodízio nas funções", explica. Um dos exemplos citados por Luciana é o da turma que trabalha quando as sessões se estendem após as 19h. "Aqueles que ficaram trabalhando durante o plantão não fazem sozinhas a transcrição no dia seguinte, pois não é justo", afirma.

Rafael destaca que a rotina a que estão sendo submetidos os servidores da Justiça Federal é inviável. "As pessoas trabalham mal, algumas nem tanto, mas no fim todos acabam explodindo. Conheço casos de colegas que estão com alta carga de estresse causada pela pressão cotidiana. Essas pessoas não reclamam junto às chefias e sim aos colegas mais próximos e depois descarregam na própria família", afirma. Para Rafael, é indiscutível que a Justiça Federal

Mas nem sempre foi assim. Luciana ingressou no serviço público em 1995 e, após três anos como taquígrafa, sentiu que estava perdendo o tato e a força nos dedos, o que a levou a tirar a sua primeira licença médica. Dois anos depois, um novo laudo constatou lesões por esforço repetitivo e a proibiu de exercer a função. Se as condições de trabalho na Taquigrafia na época fossem as mesmas de hoje, ela certamente não teria tido os problemas que teve e que irão acompanhá-la pelo resto da sua vida.

